

COLECÇÃO PENSAR A FAMÍLIA

- 1 — Vida Processo Contínua
- 2 — Valor Educativo dos Tempos Livres
- 3 — Guarda de Crianças
- 4 — Família e Tempos Livres



**FAMÍLIA
E TEMPOS LIVRES**

4 Abril 1985



Ministério do Trabalho e Segurança Social
Direcção-Geral da Família

Introdução

FAMÍLIA E TEMPOS LIVRES

Texto: M. E. Almeida
Ilustração: M. Assunção Martins Barata

Introdução

Em publicação anterior, sob o título *o valor educativo dos tempos livres*, tivemos oportunidade de nos referir ao significado, vantagens, riscos e funções do lazer na educação da juventude. Da ocupação dos tempos livres dos adultos e da sua importância para a vida individual, familiar e social, trataremos nas páginas que se seguem.

A organização e a programação criteriosas das actividades de tempos livres, consoante os interesses pessoais; a sua complementaridade em relação ao trabalho; a sua integração no desenvolvimento global do ser humano; a sua oportunidade no conjunto das acções a que cada pessoa se dedica; o espírito de equipa que deverá presidir a essas actividades no âmbito familiar — são alguns dos aspectos que procuraremos comentar.

Em conformidade com o carácter prático desta obra, faremos algumas sugestões relativas à vida de ar livre, aos jogos e passatempos preferidos, ao convívio com parentes e amigos e aos meios de difusão cultural, sem deixar de abordar alguns dos problemas que mais frequentemente surgem na família, quanto a este tema.

Ao leitor — adulto ou jovem — que fizer uma pausa no seu trabalho diário para ler este pequeno livro deixamos expresso o nosso desejo de que encontre aqui motivos de reflexão e ajuda eficaz para um melhor aproveitamento do seu tempo livre.



Um programa para os tempos livres

A tendência natural que todas as pessoas têm para escolher o caminho mais fácil leva-as, muitas vezes, a preferir o improvisado às acções programadas. O trabalho que lhes dá pensar, reflectir, prever, preparar, seguir um plano, etc. torna-se uma tarefa árdua que muitos rejeitam, quando se relaciona com as actividades obrigatórias e mais ainda quando diz respeito aos meios e modos de ocupação dos tempos livres. Afigura-se-lhes até incongruente que, sendo o tempo livre um tempo de ócio por excelência, esteja condicionado a um esquema de programação.

No entanto, o próprio rendimento do tempo livre requer um plano, um programa até, porque, se estes não existirem, é muito fácil que esse tempo se desvirtue e, em vez de tempo válido, se torne tempo perdido. Ora, quando um adulto (de qualquer idade) pensa na multiplicidade de coisas que tem para fazer e na escassez de tempo disponível, sente necessariamente que a vida é demasiado curta, por mais longa que a imagine, para levar a cabo todas as tarefas que lhe compete realizar. Por este motivo, ninguém deve deixar passar inutilmente o tempo, tanto o que se destina ao trabalho obrigatório, como o que habitualmente se designa por «tempo livre» e que pode ser ocupado de ma-

neiras muito diversas. Todavia, para que todo o tempo seja útil, é indispensável que haja um *plano de vida*, que abranja todas as actividades, dando prioridade às mais importantes e incluindo todas as que são necessárias, possíveis e desejáveis. É entre estas que normalmente se situam as ditas *ocupações de tempos livres*, quer visem o repouso, quer o divertimento ou a valorização cultural.

Para fazer um plano de vida correcto, não bastam boas intenções e bom senso; é indispensável que haja uma escala ordenada de valores, que haja critério e uma forte base de convicção sobre a validade dos tempos livres na vida humana. Sem estes fundamentos, pode haver programação, mas faltarão equilíbrio e estabilidade, requisitos que não são sinónimos de paragem, mas, pelo contrário, garantias de progresso. Isto que acontece na vida individual tem repercussão na vida familiar. Para quem vive integrado numa família (como acontece na maioria dos casos), um programa de tempos livres não pode ser construído à margem dessa realidade que é a vida comunitária, em que todos os membros devem estar empenhados. A saúde, as idades, os interesses culturais, as preferências recreativas, as necessidades espirituais, os recursos económicos, etc. — tudo deve entrar em linha de conta, quando se faz esse programa. Numa família, os interesses são convergentes e solidários, há direitos a respeitar e deveres a cumprir em todas as horas e dias do ano. Por isso, um programa para as férias, para os fins-de-semana ou para os feriados, por exemplo, não pode ser apenas programa de *cada um*, mas também o da família, no seu conjunto. Quantas vezes, há que pôr de lado os projectos de uma viagem, de uma festa, de uma estadia no campo ou na praia, de uma ida ao cinema, de um merecido repouso, etc., por razões que decorrem da própria vida familiar. Compete, sobretudo aos adultos, encarar a situação sem dramatismo, ajustar os seus projectos às realidades inevitáveis, dar um testemunho de sereno desapego, por maiores que sejam as dificuldades, e ajudar os outros a aceitarem com boa cara as alterações imprevistas.

Fazer hoje uma programação implica normalmente que várias pessoas se reúnam, concentrem a sua atenção no problema que as ocupa, façam uma análise pormenorizada, avaliem as vantagens e as desvantagens, troquem opiniões e sugestões e, por fim, tirem as conclusões que julgarem mais convenientes. Assim deverá também acontecer numa família que queira programar os seus tempos livres. Adultos e jovens encontrar-se-ão — sem esquecerem papel, lápis, calendário, etc. — para trocarem os seus pontos de vista sobre o assunto, para pôrem em comum e justificarem as suas opções, para darem e pedirem os esclarecimentos necessários, sempre dispostos a aferirem as suas ideias pelas dos outros, sempre prontos a modificarem as decisões tomadas, quando surgirem obstáculos à sua concretização. Mas que ninguém fique triste, mal humorado ou irritado, quando verificar que há sugestões mais válidas do que a sua; que não há lugar no hotel; que a lotação do cinema está esgotada; que as reservas económicas são inferiores ao orçamento da excursão, etc., etc. Programar os tempos livres não significa garantir a realização dos projectos feitos: é apenas procurar um melhor aproveitamento do tempo, das energias e dos recursos disponíveis, diminuindo as possíveis margens de erro, aumentando a eficácia das acções programadas e, no caso da família, partilhando com os outros familiares, por comum acordo, a solução dos problemas que se levantam quanto à forma de viverem individualmente e em grupo os seus tempos livres. E que ninguém pense também que o tempo gasto a programar é tempo perdido, porque, mesmo que os vários elementos da família não cheguem a um acordo que lhes permita atingirem o fim em vista, ficarão pelo menos a conhecer-se melhor, na diversidade que os caracteriza, a sentir mais a necessidade de compreensão e de união, o que já é uma experiência bastante positiva.

Em suma: programar os tempos livres com critério, com sentido das realidades, com bom-humor e sem individualismo — eis, em nosso entender, o preâmbulo de uma acção relevante na vida familiar.



II Trabalho e tempos livres

Em qualquer sector de trabalho, é fácil verificar que uma interrupção de actividades é quase sempre motivo de grande satisfação. Quando se aproxima um feriado, o fim de semana, as férias, todos sentem normalmente o desejo e até a ansiedade de se libertarem das obrigações quotidianas. O cansaço, a rotina, a tensão, a saturação provocados por certas tarefas e ambientes fazem com que uma paragem no trabalho ordinário seja encarada com profundo agrado. Essa paragem corresponde a uma necessidade vital, que encontra resposta no descanso, no divertimento e

na própria mudança de actividade que os tempos livres proporcionam.

Se, por activismo ou qualquer outra razão, alguém pensa que não precisa de férias, feriados, etc., verá; mais cedo ou mais tarde, comprovado o seu erro pela falta de saúde, de equilíbrio psíquico, etc. E, se reflectir sobre a sua atitude, descobrirá que o prejuízo dela resultante é grave não apenas para si próprio, mas também para a família e a sociedade em que está inserido. Sem tempos livres, não há o gosto de fazer aquilo que mais contribui para a valorização pessoal, não há convívio agradável e despreocupado, não há recuperação de energias físicas e espirituais. Sem tempos livres, diminui a iniciativa, a criatividade, a participação, a alegria de viver e até o próprio trabalho acabará por ter menor rendimento.

Por outro lado, se alguém passar o seu tempo livre em ociosidade, indolência, parasitismo, libertinagem ou outras formas mais ou menos disfarçadas de preguiça ou egoísmo, estará a desbaratar uma parte valiosa da vida e em breve será vítima disso, porque o aborrecimento, a tristeza, a amargura, o devaneio, etc. não deixarão de o afectar.

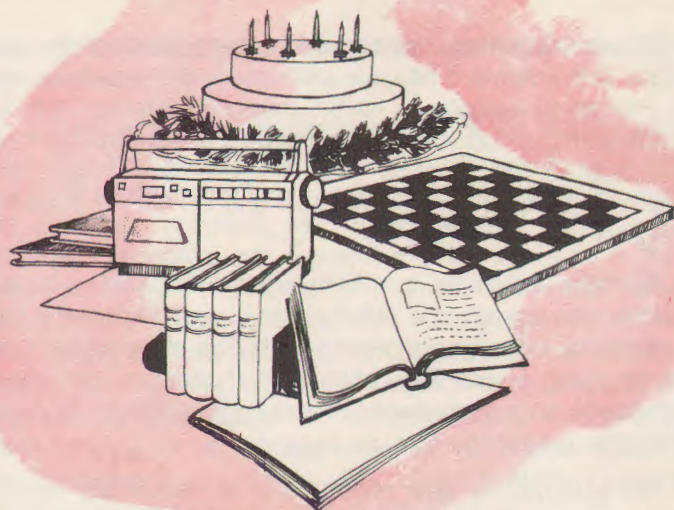
Por todos estes motivos, importa que, individual e familiarmente, o trabalho e os tempos livres não sejam considerados como aspectos antagónicos da existência humana, mas como elementos complementares, cuja harmonia depende do modo como forem aproveitados.

Vejamos alguns casos concretos. Um contabilista ou um marceneiro, por exemplo, que se sente inteiramente feliz com a sua profissão, ao regressar do emprego a casa, pode dedicar-se a «biscates», continuando nessas horas vagas o mesmo tipo de trabalho que efectuou durante o dia. É evidente que esse tempo livre assim ocupado não pode proporcionar repouso nem permite uma compensação do esforço exigido pelo trabalho profissional, porque não há mudança de actividade. Este é também um dos inconvenientes do duplo emprego, quando os trabalhos são da mesma natureza.

Em contrapartida, um operário ou um desportista, que ocupa activamente o seu dia, pode recuperar energias lendo o jornal ou jogando às cartas, como o professor que faz jardinagem quando volta das aulas ou a costureira que pratica natação nos dias de folga. Importante é, pois, não fazer nos tempos livres o mesmo que se faz no trabalho obrigatório.

As mães de família, que normalmente dispõem de muito poucos dias de férias e raras vezes gozam feriados e fins de semana, conseguem superar a fadiga e a escassez de tempo livre devido às constantes mudanças nas lides domésticas ou à acumulação destas com trabalhos de índole diferente, realizados fora de casa.

No entanto, há que resistir a uma tendência muitas vezes verificada: o interesse, o gosto, o entusiasmo por certos trabalhos não devem levar a prolongá-los sistematicamente para além do tempo normal, porque daí resulta a diminuição do tempo, com os já referidos inconvenientes. É fácil transformar o tempo de trabalho em tempo livre, quando a tarefa não agrada. Mas é difícil «meter travões», quando a actividade entusiasma. Não esqueçamos que o dever de trabalhar não é mais importante do que o dever de cuidar dos tempos livres.



III

Interesse e tempos livres

O tempo livre é aquele em que a pessoa tem maior possibilidade de escolher livremente o que melhor se adapta à sua personalidade e ao seu interesse. O trabalho é um dever prioritário, que é preciso cumprir mesmo contra-vontade. A actividade própria dos tempos livres implica uma adesão voluntária e proporciona a satisfação de necessidades muito profundas e o prazer de fazer aquilo de que mais se gosta. Quando encontramos um adulto que não se interessa por nada, nem gosta de fazer coisa alguma, temos motivos para pensar que algo de anormal se passa no íntimo dessa pessoa; se não fosse assim, sentiria o desejo de ocupar, pelo menos, o seu tempo livre com alguma actividade do seu agrado. Assim se compreende que um educador do nosso tempo tenha parafraseado o conhecido ditado popular do seguinte modo: «Diz-se como passas os tempos livres e dir-te-ei quem és». De facto, o interesse pessoal é um dos factores que mais determinam as opções de cada um em relação aos tempos livres.

No entanto, a vida de família pode, nalguns casos, condicionar essa livre escolha, porque os interesses individuais são diferentes entre si e, sobretudo, porque as pessoas, por vezes, não procuram criar, para além da diversidade, uma verdadeira união. Daí que surja com frequência a desagregação e o afastamento dos membros da família no que se refere aos tempos livres. Compete principalmente aos adultos promover a harmonia dos interesses diversos, saber respeitá-los e reconhecer a sua legitimidade, mas também contribuir para que haja plataformas de encontro, onde todos possam estar juntos, desfrutando parte do seu tempo livre. Não podemos admitir que um pai de família, por exemplo, pretenda que a mulher e os filhos o acompanhem ao futebol ou ao cinema, quando os não atrai o jogo ou não apreciam o filme. Mas igualmente errada seria, por exemplo, a atitude de uma mãe que ficasse passiva ou amuada por não partilhar dos mesmos interesses que os seus familiares e que não fizesse as diligências possíveis para «descobrir» uma actividade em que todos pudessem participar, pelo menos de longe em longe.

Numa família, todos são responsáveis e todos devem *estar atentos* aos interesses dos custos, captar as afinidades e aproveitá-las para que o individualismo não se instale nos tempos livres da sua pequena comunidade. Para que isto não aconteça, há que ter o *sentido das oportunidades*, pois existem momentos e circunstâncias que, se passarem despercebidos ou não forem suficientemente aproveitados, nunca mais se repetirão. Há que ter também *iniciativa e poder de organização* para que os interesses comuns possam ter resposta adequada. Um serão, uma festa de aniversário, um piquenique, um passeio, um encontro desportivo, etc. são meios óptimos para reunir familiares, mesmo que entre eles haja interesses muito diversos. Há que saber *distribuir tarefas e responsabilidades* para que os esforços que tais iniciativas exigem as não impeçam de se realizarem e sejam até motivo de satisfação para todos os que nelas participam. Assim acontece só quando essas tarefas correspondem às capacidades e

aos interesses de cada um; senão, transformam-se numa carga indesejável e contrária à projectada ocupação dos tempos livres, podendo até gerar um total desinteresse.

Pode acontecer que, em determinadas ocasiões, os interesses manifestados por alguns elementos da família não estejam de acordo com os princípios e valores que deveriam norteá-los. Então é compreensível que haja controvérsia e até recusa das iniciativas propostas. Chegar a um consenso pode não ser possível. Ceder sem justa razão é inconsequente. Optar pela indiferença é cobardia ou inconsciência. Em tais casos, há, pois, que «remar contra a maré», transigir só até ao ponto em que isso é legítimo e conveniente, propor formas válidas de ocupar os tempos livres em substituição das actividades rejeitadas. Muitas vezes, não há fundamentos para as preferências apontadas, a não ser o prazer imediato, o apetrechamento, a curiosidade ou a sujeição pessoal a solicitações exteriores. Assim, por exemplo, frequentar tal praia ou tal «boîte», ver tal programa de televisão ou tal filme, ler tal livro ou revista, etc. podem não ter outra justificação além do desejo de se divertir «de qualquer maneira», de acompanhar tal grupo, de conhecer certo ambiente, de contactar determinada literatura, de observar determinadas imagens ou gravuras, etc. Nestas condições, é fundamental que quem se sente responsável pela vida familiar exponha os seus pontos de vista sobre o assunto, o esclareça na medida do possível, faça as sugestões que considerar mais oportunas, embora respeitando sempre a liberdade individual e apelando sempre para a responsabilidade pessoal. Falando quando é preciso falar, para que a ignorância não sirva de pretexto. Dando exemplo, para que não se julgue que é mais fácil exigir do que cumprir. Esclarecendo que fazer só o que apetece não é liberdade, é escravidão; que ceder a todas as pressões é dependência e manipulação; que renunciar por razões válidas é força e não fraqueza.

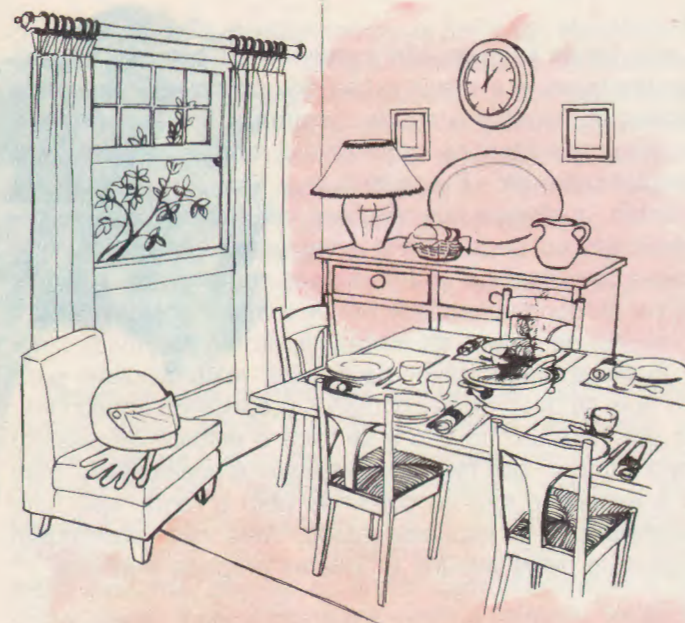
Quantas famílias se encontram nesta situação!... Algumas pessoas não temem que as rotulem de retrógradas e são capazes de renunciar a certos programas de televisão,

a certas modas, livros e filmes, a certos locais de veraneio, a certo tipo de convívio, etc., só porque os consideram indignos da sua condição humana; mas muitas outras, infelizmente, põem em risco os verdadeiros interesses próprios e alheios sem pensarem nem se convencerem de que o prejuízo será irreparável.

Outro aspecto importante é o que diz respeito à integração dos interesses imediatos num conjunto de actividades que visem o *desenvolvimento integral* de cada pessoa e as reais *necessidades da família* no seu conjunto. O ideal seria que cada um, através da reflexão e do diálogo, descobrisse e realizasse as actividades que mais contribuíssem, nos tempos livres, para a valorização pessoal e familiar. Haveria, assim, um enriquecimento cultural, talvez muito superior ao que se consegue nas horas de trabalho. Se cada um se interrogasse sobre a actividade que mais convém a si e aos outros, sempre que dispõe de tempo livre, a sua ocupação seria talvez bem diferente da que escolhe por mero impulso momentâneo.

Haveria então condições para distinguir o «melhor» do «bom» com vista a um *pleno rendimento* pessoal e familiar. Exemplificando: o escriturário que passou o ano debruçado sobre os livros, pode imaginar que o seu interesse está em ocupar parte das suas férias a jogar ténis; pensando melhor, pode chegar à conclusão de que, afinal para bem próprio e da família, o seu verdadeiro interesse é antes pintar as portas e janelas da sua casa, que já estão a deteriorar-se. Ainda outro caso: o empregado comercial, que habitualmente tem de atender ao balcão dezenas de clientes por dia, pode julgar que o que mais lhe interessa fazer no fim-de-semana é isolar-se e pôr em ordem a sua colecção de selos: mas, reflectindo, pode concluir que há muito mais interesse em montar o roupeiro que tanta falta faz no seu lar. É evidente que jogar o ténis e coleccionar selos são coisas boas, mas o real interesse daquelas pessoas em concreto, naquelas ocasiões concretas, estava em *valorizarem-se* através de actividades que compensavam o seu trabalho habitual e, ao mesmo tempo, eram serviços

úteis prestados à família. Nestas duas opções, os interesses pessoais e familiares provaram ser convergentes, pois a ocupação do tempo livre adequava-se às necessidades do indivíduo e da família. Sempre que se verifica esta convergência e esta adequação, as pessoas sentem-se felizes e a vida de família não é um obstáculo nos seus tempos livres. Quando não existe intenção nem esforço para vencer possíveis divergências de interesses reais ou fictícios, as pessoas não podem sentir-se felizes e o menor dos males que as podem afectar será o desinteresse pelos tempos livres.



IV

Alguns problemas a solucionar

Em qualquer família, surgem naturalmente dificuldades de várias ordens, quando os seus membros se propõem viver em comum os tempos livres. Essas dificuldades podem até avolumar-se e criar verdadeiros problemas, cuja solução pode depender de um ou mais membros da família e requer um «acerto» que nem sempre é fácil. Consideremos alguns desses problemas.

1. Horários

Com a pausa no trabalho, cessa frequentemente a obrigação de seguir os horários habituais. Levantar cedo deixa talvez de ser uma necessidade; deitar tarde parece não ter inconvenientes; comer a horas certas torna-se dispensá-

vel, etc. Nesta linha de alterações, a vida pessoal, as relações humanas e a organização doméstica vão acusando deficiências: porque a saúde começa a ressentir-se, porque surgem atritos na convivência, porque a casa está desorganizada, etc. É o quarto que fica por arrumar até às tantas, o almoço que arrefece, as pessoas que se desencontram ou perturbam o sono umas das outras, etc. E assim, por estes ou outros motivos semelhantes, o tempo livre vai perdendo qualidade até se tornar indesejável. Sem um mínimo de ordem, de disciplina, de regras, a vida familiar torna-se insuportável. Que haja maleabilidade para cada qual se adaptar às condições próprias do tempo livre, mas que haja um horário e se faça o esforço necessário para o cumprir; que haja compreensão e boa-vontade, mas que a excepção não se confunda com a regra; que haja descontração e espontaneidade, mas não signifiquem desrespeito pelos direitos e deveres próprios e alheios.

2. Refeições

Todos sabemos que preparar, fazer e servir as refeições é um trabalho que absorve tempo e energias a quem se dedica a essa tarefa. Daí que os tempos livres do marido e dos filhos correspondam, por vezes, a uma sobrecarga de trabalho da esposa, da mãe de família, quando esta tem de fazer compras e cozinhar as refeições que, em tempo de trabalho, são tomadas fora de casa. Mais: quando tem de atender não só à sua família, mas também aos parentes, amigos, colegas, etc., que os visitam nos tempos livres, o trabalho doméstico é muito mais pesado, tornando o convívio menos agradável e desejado.

Para contrabalançar esta situação, cremos que há duas atitudes indispensáveis: simplificar as ementas e repartir as tarefas pelos vários membros da família.

Por razões económicas e de falta de pessoal auxiliar, é vulgar que hoje em dia a dona de casa organize as refeições

de modo a poupar tempo e dinheiro. Mas isto não basta, se tivermos em conta a necessidade de *todos*, sem excepção, tirarem o máximo rendimento dos seus tempos livres. Torna-se, por isso, conveniente que as ementas incluam pratos de execução *fácil* e *rápida*. Aproveitar os produtos da região e da época para os cozinhar da forma mais saudável é uma boa norma de alimentação, mas melhor ainda se as refeições proporcionarem uma actividade que não prejudique, antes favoreça os tempos livres da família.

Por outro lado, mesmo que as refeições sejam simples, sempre darão algum trabalho e exigirão um tempo suficiente. Daí que a dona de casa deva procurar obter a colaboração dos seus familiares, consoante a idade, a experiência e as aptidões que têm. Fazer compras, preparar os alimentos para serem cozinhados e vigiá-los enquanto estão em lume, decorar os pratos com imaginação e bom gosto, ajudar a pôr a mesa e a servir a refeição, lavar, limpar e arrumar a louça e a cozinha, etc., etc. são tarefas que podem ser executadas com a colaboração de todos, sem dificuldades de maior e até com boa disposição. Os electrodomésticos são, neste caso, preciosos auxiliares, porque permitem que o trabalho se faça com maior rapidez e menor esforço, deixando por isso tempo livre para as pessoas se dedicarem a outras actividades de maior interesse.

O que não está certo é que a mulher «passe os seus dias na cozinha», enquanto o marido e os filhos e filhas descansam ou se divertem. Há que evitar isto, ainda que, em certas ocasiões, a sopa tenha de ser substituída por um batido, o guisado por carnes frias com salada e a sobremesa seja apenas de fruta fresca. Claro que tal não significa que as conservas sejam o «prato forte» das férias e dos fins-de-semana: um bom petisco ou um doce saboroso pode ser, nalgumas circunstâncias, um óptimo «condimento» dos tempos livres da família.

3. Arranjo da casa

Há quem veja nos tempos livres uma grande oportunidade para limpezas e arrumações, que não são possíveis com o trabalho habitual. Em contrapartida, há quem encare o tempo livre como ocasião para se desligar dos mais elementares deveres de asseio e arranjo domésticos. Qualquer destas atitudes tem múltiplos inconvenientes que importa evitar.

É certo que a casa necessita periodicamente de uma limpeza mais cuidada, que não é fácil fazer em certas condições de trabalho ou em certas épocas do ano. Mas transformar a casa num burburinho, com o pretexto de aproveitar os tempos livres, é aumentar a fadiga e estragar por completo o ambiente, que deveria fomentar o repouso, a serenidade, o bem-estar, a convivência — e não o contrário.

Tão grave como a «febre» das arrumações é o desleixo, uma das manifestações da preguiça, mesmo quando se desculpa com a falta de saúde ou necessidade de descontração. O resultado destas atitudes opostas é muito semelhante: ninguém pode sentir-se bem quando a sujidade e a desordem se instalam na casa. Em breve chegará o momento de não encontrar o que se procura, de precisar da roupa que ainda não foi lavada nem passada a ferro, de esperar pela comida que não está pronta e, sobretudo, de deparar com o triste panorama dos móveis poeirentos, das gavetas e armários em desalinho, etc., etc., etc.

A solução para este problema depende, evidentemente, não de uma pessoa só, mas de *toda* a família. Os adultos têm a responsabilidade de dar o exemplo e de orientar os mais novos; estes têm o dever de contribuir, na medida das suas capacidades, para ajudar a manter a casa em ordem e conservá-la limpa e acolhedora. Para todos, a regra é simples: cada um limpa o que suja, arruma o que precisa de ser arrumado e ajuda os outros a fazerem o mesmo.

4. Arranjo pessoal

Não é raro encontrar pessoas que, nos tempos livres, descurem por completo o seu arranjo pessoal. Justificam essa atitude dizendo que, *assim*, «se sentem mais à vontade», que «não faz mal porque estão em família», que «não esperam visitas», etc. E, com estes argumentos, só tomam banho à hora do almoço, andam de roupão e de chinelas metade do dia, vestem o que há muito tempo devia ter sido lavado ou cosido, calçam o que já não suporta conserto, etc. Esquecem-se da dignidade própria, que deve reflectir-se também exteriormente, e do respeito que merece a pessoa dos outros, começando pelos familiares mais próximos.

Os adultos são responsáveis pela maneira como se apresentam sempre, inclusive nos tempos livres, e pelo cuidado com que devem educar as crianças e os jovens, criando neles, em devido tempo, hábitos de asseio e arranjo pessoal. Por mais incómoda que seja para os pais e para os filhos essa repetição de palavras e gestos («vai-te vestir», «limpa o nariz», «lava as mãos», «muda de camisola», «penteia-te», etc.) vale bem a pena, porque é decisiva para a vida inteira.

Desses aparentes «nadas» pode depender o sentido de intimidade, o decoro, a ordem estética e até o modo como mais tarde irão considerar a moda, a elegância, a modéstia, etc. e reagir contra tantos conceitos e modos de viver, cuja repercussão se faz sentir sobretudo nos tempos livres.

5. Meios de transporte

Habitados aos meios de transporte utilizados para o local de trabalho ou de estudo, algumas pessoas têm dificuldade em se adaptar às novas condições de deslocação nos tempos livres. A própria mudança dos horários causa-

-lhes perturbação. Talvez tenham que depender de um transporte colectivo diferente, talvez não possam contar com o seu próprio carro ou com o de algum amigo, talvez necessitem de percorrer a pé caminhos pouco conhecidos ou muito longos — como acontece, por exemplo, nas férias ou nos fins-de-semana, para frequentar a praia ou a mata, ir às compras ou à igreja, etc. Nem todos os lugares onde as famílias passam os seus tempos livres têm acessos fáceis e, por este motivo, alguns problemas podem surgir: desde a pessoa idosa que a custo sai de casa, à outra doente que não deve fazer longas caminhadas, aos jovens que não estão para se esforçar e optam pelo «auto-stop» ou pela boleia na motoreta do vizinho. Em consequência, gera-se por vezes uma insatisfação ou inquietação por causa dos transportes necessários nos tempos livres. Os mais velhos decidem-se por uma inactividade que os prejudica em todos os sentidos, ocasionando mal-estar e lamentos que são desagradáveis para todos; os mais novos aproveitam quaisquer expedientes para superarem as dificuldades, sem ponderarem os prós e os contras das suas atitudes, que muitas vezes envolvem riscos de toda a ordem, a que os educadores não devem ficar alheios.

Se houver uma programação dos tempos livres, é provável que a questão dos transportes seja abordada e resolvida da melhor maneira, evitando assim perdas de tempo, desencontros, etc. Mas isso não impede que, na altura própria, apareçam obstáculos: perder o autocarro ou o comboio, ter uma avaria no carro ou na motocicleta, sofrer uma entorse que impossibilita o andar, etc., etc. Nestes ou noutros casos semelhantes, há que buscar as soluções necessárias, que só serão convenientes se não comprometerem os valores fundamentais que cada pessoa deve viver e testemunhar. É preferível «alterar o programa por motivo imprevisto» a sujeitar-se a situações insólitas ou duvidosas. Incumbe, sobretudo aos adultos, estarem atentos e ajudar os mais novos a distinguirem o que é aceitável do que é desaconselhável ou até reprovável.

6. Prática religiosa

Quem tem consciência dos seus deveres para com Deus, tem a responsabilidade de nunca os descuidar, inclusive nos tempos livres. Acontece, todavia, que, por indolência, comodismo ou reais dificuldades no cumprimento desses deveres, algumas pessoas os esquecem ou relegam para segundo plano, sob pretexto de cansaço, falta de tempo, etc. Então, deparamos com o triste exemplo de famílias, normalmente praticantes, que passam sistematicamente os fins de semana, as férias e até os dias santos de guarda numa injustificada apatia por tudo o que se refere à prática religiosa: missa dominical, frequência de sacramentos, oração, etc. Nalguns casos, chega a ser surpreendente que haja tanta preocupação em saber onde e como funciona o supermercado, a farmácia, o cinema, a gelateria, a piscina, etc., e não haja, pelo menos, igual interesse em conhecer, por exemplo, as igrejas mais próximas e os seus horários; que haja o cuidado de meter na bagagem o vestuário preciso e não se pense em meter nela os livros que irão alimentar a vida espiritual.

Isto deixaria de constituir um problema, se as pessoas e as famílias dessem incondicionalmente a Deus o primeiro lugar, no tempo livre, como no tempo de trabalho. Entenderiam que Aquele que lhes dá *todo* o tempo (a vida inteira) é também Senhor dos feriados, das férias, dos fins de semana... E seriam mais consequentes. E dariam um testemunho de coerência que seria eficaz.



V

Ar livre e tempos livres

O trabalho quotidiano obriga muita gente a uma vida sedentária, passada dentro de casa. No ambiente urbano predominam as actividades de interior. Entre nós, portugueses, ainda não abundam os hábitos de ocupar o tempo livre em contacto com a natureza, nem se aproveitam geralmente todos os recursos existentes: praias, jardins, parques, matas, etc. Por isso, os jovens da cidade conhecem a «floresta de betão armado», mas raramente sabem identificar um arbusto, uma flor ou um pássaro dos mais vulgares; estão habituados a subir escadas e a movimentar elevadores, mas são incapazes de trepar às árvores e distinguir as constelações. Nos tempos livres, muitos vão ao cinema ou ficam «presos» à televisão, outros preferem ouvir música ou dançar, alguns gostam de ler ou escrever no seu «cantinho» — mas quantos brincam, jogam, passeiam ao ar livre ou vão à descoberta da natureza? E os adultos? Quantos desfrutam do ar puro no regresso do trabalho diário? Quantos reservam parte do seu tempo livre para fazer jardinagem, regar a horta ou acampar? Quantos dedicam algumas horas livres a um desporto ou a explorar os «tesouros» da montanha ou do mar?

E tudo isto seria saudável e seria possível, em todas as estações do ano, individualmente ou em família, se a atenção de todos se centrasse nas vantagens que daí adviriam.

1. Descoberta da natureza

Na mata, por exemplo, há tanto que observar, descobrir, identificar: Quem não se interessa pelas plantas e pelos animais, por saber como estes nascem, vivem, crescem, o que fazem, o que comem? Quem não gosta de descobrir os sinais da sua existência: o canto, os gritos, as pegadas, as tocas, os alimentos roídos? Quem não gosta de desvendar o «segredo» dos ninhos, de seguir os trilhos, de coleccionar penas ou folhas caídas, de descansar à sombra de uma árvore frondosa?

Algo de semelhante poderíamos dizer acerca da praia: Quem não gosta de observar o movimento das marés e das ondas, a cor do céu e do mar, o trabalho da pesca? Quem não se diverte a apanhar conchas, pedras e algas na areia molhada, a perscrutar grutas e rochedos? Quem não sente o prazer de um sol radioso e da água fresca?

Como seriam diferentes e melhores os tempos livres de tantas famílias, se não temessem os incómodos do calor, do frio, das longas caminhadas a pé, se fossem simplesmente, sem romantismo nem comodismo, em busca da natureza desconhecida. Mas se lhes falta gosto e vontade, de pouco servirão os apelos aos passeios a pé ou aos «circuitos de manutenção»...

2. Jogos de campo

Estes jogos são normalmente muito bons para estimular o interesse pela natureza e pelas actividades ao ar livre. Neles podem participar pessoas de diferentes idades e, por isso, se prestam muito para ocupação dos tempos

livres em família. Os que gostam de correr aventuras encontram nesses jogos respostas para a sua necessidade de espaço, de movimento, de ficção, porque podem tornar-se, por momentos, os protagonistas de «explorações» ou de «descobertas», que os entusiasma. Os mais pacatos também não ficarão aborrecidos, porque não lhes faltarão motivos de observação, distração descontração — um formigueiro, uma colmeia, uma árvore exótica podem ser-lhes tão agradáveis como um bom descanso na relva fofa, um passeio a pé pelas margens do ribeiro ou umas voltas de barco na lagoa.

E porque não uma competição desportiva, na clareira da mata, entre pais e filhos? Porque não uma gincana em que participem os avós e os netos? É bom que a família saiba divertir-se de um modo simples, com coisas simples, como se diverte talvez numa sardinhada ou num churrasco, em que todos colaboram. Um dia de piquenique no pinhal, *bem ocupado*, pode valer tanto ou mais do que uma estadia num sofisticado parque de campismo ou numa confortável colónia de férias. Claro que estes são óptimos e desejáveis, se funcionarem convenientemente; mas que ninguém fique à espera de ter uma tenda, comprar uma rolote ou possuir um apartamento, para fazer uma vida de ar livre, que não só garanta o bem-estar físico, mas também facilite o desenvolvimento das energias espirituais de que todos necessitam.

3. Outras actividades de exterior

Além dos jogos de campo e das actividades de exterior a que fizemos referência, existem outras ocupações que podem, nalguns casos, ser mais acessíveis, tendo em conta as circunstâncias familiares. Tais são, por exemplo, as actividades que se realizam em estádios, ginásios, recintos desportivos, parques e jardins, etc., sobretudo nos grandes meios. Tal como as crianças jogam nos pátios de recreio da escola ou, em pequenas povoações, os interessados

aproveitam os terrenos disponíveis para as suas competições, também nas cidades algumas pessoas buscam locais menos poluídos, de acesso fácil e económico, para aí respirarem um ar mais puro e fazerem um pouco de exercício que compense a rotina da sua vida diária. Assim, o pai joga à bola com os filhos no relvado do parque, os familiares e amigos combinam uma partida de ténis, uma corrida pedestre matinal, um passeio de bicicleta pelos arredores, etc.

Igualmente interessantes e benéficas podem ser as actividades aquáticas, que se realizem quer no mar, no rio ou no lago, quer na piscina ou num simples tanque. Os riscos que envolvem são talvez maiores do que os das actividades anteriores e, por isso, exigem mais cuidados e precauções: presença de bons nadadores, conhecimento do estado e das condições da água, atenção aos tempos de exposição ao sol, de digestão, de permanência na água, etc.

Entre os jovens há uma predilecção especial pelos designados «jogos nocturnos», actividades que, pelo facto de se realizarem de noite, são mais perigosas, tornando-se mais difícil o socorro em caso de acidente. Por isso, requerem especial vigilância, prévia sinalização, vestuário e material adequados (agasalhos, lanternas, apitos, etc.). Compete aos adultos verificar se há as condições necessárias, nomeadamente a idade dos participantes, que nunca deve ser inferior a 10 anos; de contrário, há sério risco de serem afectados pelo medo ou terror. Importa ainda que esses jogos não se limitem a uma «misteriosa» experiência, mas permitam a identificação da vida nocturna com tudo o que tem de belo e grandioso: céu, lua, estrelas, luzes e sombras.



VI

Actividades de interior e tempos livres

Boa parte dos tempos livres tem de ser necessariamente passada em ambientes interiores. Por exemplo, quando a invernia impede saídas para fora de casa, quando se promovem reuniões de familiares e amigos, quando se fazem longas viagens de carro ou de comboio, etc...

1. Jogos de interior

Os designados «jogos de interior» podem ter, nessas ocasiões, uma função importante. Em épocas remotas, esses jogos eram praticamente os únicos meios de divertimento da família, além da leitura, da música e da dança:

os adultos jogavam às cartas, às damas, ao dominó, ao loto, etc., enquanto as crianças brincavam à cabra-cega, ao trapo-queimado, ao anel ou a outros jogos semelhantes.

E hoje? Para além da canasta, do bridge ou do majongue, que ainda despertam o interesse de grupos sociais muito restritos, para além da bisca, que se tornou um passatempo de idosos e reformados, que se joga em família? Nalguns casos, talvez o xadrez ou o monopólio, mas na maioria nada. O rádio, o gira-discos, o gravador, a televisão, o «video» vieram distrair as pessoas, deram-lhes muito para ver e ouvir, mas tiraram-lhes a possibilidade de conversar (excepto nos «intervalos») e de rir (a não ser que se riam todos ao mesmo tempo...). Ora, todas as pessoas precisam de conversar, todas precisam de se rir sem horas marcadas... E quando a família, reunida em casa nos tempos livres, não tem possibilidade de fazer nenhuma destas coisas, por ficar dependente de um aparelho, torna-se «escrava» de uma máquina, cujas vantagens são inegáveis, mas cujos inconvenientes são bem conhecidos, sobretudo quando não há intenção nem se faz esforço para tirar desse meio o melhor proveito.

É certo que alguns jogos requerem silêncio e concentração, mas tal não é o caso da maioria e a possibilidade de pausas e interrupções facilita um diálogo que, noutras condições, é praticamente impossível.

Há quem considere que os jogos são perniciosos, porque fomentam a competição, geram desentendimentos e conflitos, separando as pessoas, em vez de as unir. Assim acontece por vezes. Mas o mal não está no jogo, está nas pessoas que não aprenderam a perder ou a ganhar, a renunciar à «batota», a formar equipa, etc. Um jogo *bem jogado* pode ser uma boa oportunidade de fazer essa aprendizagem, de «criar laços» de amizade, de melhorar as relações humanas.

Também há quem pense que jogar é perder tempo, que poderia ser ocupado em coisas mais úteis. Efectivamente, pode haver ocupações com maior utilidade do que certos jogos, mas não devemos perder de vista o carácter lúdico dos tempos livres e o benefício que o jogo pode proporcionar, tanto na ordem física como na espiritual. Se é reconhecido o valor positivo dos jogos ao ar livre, por que não o dos jogos de interior? Aceitemo-los, não como um mal menor para evitar o tédio ou a ociosidade, mas como uma ocupação dos tempos livres, que pode efectivamente contribuir para a valorização pessoal e familiar.

2. Convívio em família

Para que haja convívio nos tempos livres não é indispensável o jogo, não é preciso que a chuva desencorage de sair de casa, não basta que os parentes se reúnam ou que haja visitas. O convívio é fundamentalmente *comunicação* e esta pode ou não existir, consoante o tipo de relações que se estabelecem na família. No entanto, para conviver, para *comunicar* é necessária a presença e o desejo de dádiva e de acolhimento. Numa família, todos têm algo a dar e a receber, todos podem estar «presentes», mesmo quando estão separados por continentes. O convívio é feito de pensamentos, de gestos, de palavras que se transmitem numa confiança, num diálogo, numa conversa em grupo ou simplesmente através de um telefonema ou de uma carta. Para tudo isto podem ser aproveitados os tempos livres, na intimidade do lar. Temas não faltarão certamente: os problemas pessoais, os acontecimentos familiares, as notícias do dia, um programa radiofónico ou televisivo, uma leitura interessante — tudo pode estar na base de um convívio agradável. E, de vez em quando, algum motivo especial — um aniversário, um casamento, um baptizado, uma visita inesperada, uma festa ocasional, uma reunião organizada — dará aos tempos livres um cunho diferente, requerendo mais colaboração de todos.

Por vezes, o tempo livre dedicado ao convívio exige que se troque o aconchego do lar por outro ambiente: por exemplo, para visitar uma pessoa que vive isolada ou um doente que está num hospital. O esforço será então maior, mas largamente compensado pela alegria de comunicar com quem mais necessita de ser acompanhado.

O que não tem sentido é fingir-se ausente, para não receber ninguém (...«digam que não estou em casa...») ou evadir-se do mundo familiar para deixar que outros façam o que lhes apetece (...«vamos ao cinema, para os jovens se divertirem à vontade!...»). Como também não têm sentido os amuos, os cortes de relações, as murmurações, as agressões verbais, etc., que são a antítese do verdadeiro convívio.

Este é sempre possível no interior de uma família, quando há o gosto de estar juntos, de conversar, de partilhar opiniões e quando se procura quebrar silêncios indesejáveis, esclarecer atitudes, cultivar a sinceridade e o perdão, estimular a entreatajuda.

3. Passatempos preferidos

A designação de «passatempo» não é muito feliz, porque pode sugerir uma forma de desaproveitar o tempo, preenchê-lo inutilmente. Não é este o sentido que pretendemos dar às actividades a que vamos referir-nos.

Por passatempo entendemos a ocupação *hobby*, à margem do trabalho obrigatório, em actividades escolhidas por gosto e sem prejuízo dos deveres prioritários. Essa ocupação favorita liberta a pessoa do esquema normal de trabalho e, conseqüentemente, permite-lhe dedicar-se, sem exclusivismo, às tarefas que prefere, dentro ou fora de casa. Passatempo é, pois, algo de muito pessoal, radicado em interesses muito profundos, ainda que temporários. Por isso, se pode sugerir um passatempo, mas não recomendá-lo e, muito menos, impô-lo.

Por outro lado, passatempo não é um «tapa-buracos» para evitar tempo vazio, nem uma fuga do trabalho corrente e das responsabilidades e incómodos que este implica, nem um prazer absorvente que impede outras formas de actividade. Exemplificando: o aeromodelismo pode ser um passatempo interessante para um estudante, desde que seja escolhido livremente, não prejudique o trabalho escolar e não tire o tempo e o gosto de fazer outras coisas úteis; a filatelia pode ser o passatempo preferido por um pai de família, mas tornar-se-á inconveniente, se afectar o cumprimento dos seus deveres profissionais, familiares ou sociais; o *tricot* pode ser um óptimo passatempo para a mãe que necessita de uma pausa no trabalho doméstico, mas seria prejudicial, se implicasse desleixo no tratamento da casa ou na educação dos filhos, ou a impedisse de frequentar os meios de formação indispensáveis.

Os passatempos são úteis, são necessários, são bons, desde que sejam honestos e respeitem a ordem no conjunto das actividades. Em nossa opinião, todas as pessoas devem ter os seus passatempos preferidos, sem recear que os outros os considerem ninharias ou manias, por mais estranhos que lhes pareçam: é tão aceitável criar coelhos como cultivar orquídeas, fazer *crochet* como revelar fotografias, pintar quadros como coleccionar postais ou organizar um *dossier* sobre OVNIS... Todos os passatempos dignos são respeitáveis. E mal vai, quando numa família (ou fora dela) os passatempos são vistos como «carolices» que suscitam a troça ou a censura. Ninguém tem o direito de atacar esse «mundo que é outro em cada ser» — como escreveu um poeta actual. E ninguém, que preze a sua liberdade deve temer os comentários que ocasionalmente possam suscitar os seus legítimos passatempos. Se gosto de bordar ou de costurar, que importa que me considerem fora de moda? Se gosto de recitar poesia, que importa que me julguem romântico? Se gosto de fazer arranjos caseiros, que importa que me chamem «engenhocas»?... A independência e a fortaleza de espírito devem ultrapassar a mais importuna das ironias.



VII

Valorização cultural e tempos livres

Em publicação anterior, tivemos a oportunidade de referir que a valorização é uma das principais funções dos tempos livres e talvez a mais decisiva no desenvolvimento cultural de uma sociedade, cuja competência e actualização em todos os planos se tornam uma questão de sobrevivência.

1. Objectivos e meios de valorização

A aquisição de valores válidos e essenciais, de diversos graus, deve ser para cada indivíduo e para a família no seu conjunto uma meta cultural a atingir. Para isso, há que

desenvolver interesses e aptidões, aumentar e actualizar conhecimentos, participar de uma forma mais ampla e mais útil.

Ainda há poucas dezenas de anos, umas boas férias eram aquelas que permitiam dormir e descansar mais, comer melhor, passear e divertir-se. Hoje exige-se algo de diferente: que o tempo livre seja aproveitado para levar à prática um novo estilo de vida pessoal e social, em que a aprendizagem, o aperfeiçoamento e o serviço se encontram interligados. Assim, por exemplo, frequentar um curso de reciclagem, ler uma revista de actualidades, colaborar numa obra de reconhecido mérito podem contribuir nos tempos livres para um enriquecimento cultural, tal como praticar um desporto, fazer uma viagem ou visitar uma exposição.

O objectivo de valorização não se alcança por mera acumulação de conhecimentos. Mais do que adquirir noções, trata-se de *aprender valores* e *testemunhá-los na vida quotidiana*. Mais do que *saber*, importa *viver*. A valorização torna-se, portanto, um objectivo *vital*, particularmente significativo nos tempos livres, para cada pessoa e para o grupo familiar.

Há meios de valorização que podem ser frequentados, por exemplo, por pais e filhos juntamente; outros não, por causa da diversidade de idades, capacidades, interesses, experiências, etc. Se, nuns casos, o facto de estarem juntos é enriquecedor, noutros casos é maior o rendimento cultural, se estiverem separados. Mas, de qualquer forma, a valorização individual irá repercutir-se na família, na medida em que os elementos que a constituem assumirem na sua vida pessoal e familiar os valores que adquiriram e os transmitirem aos outros.

Os meios de valorização cultural são diversos, como diversos são os interesses pessoais e os recursos materiais: a imprensa, a rádio, a televisão, o cinema, o teatro, o desporto — são para muitas famílias os mais comuns.

Para outras, as viagens e os passeios, as palestras e os colóquios, as visitas a museus e exposições são os apoios do seu desenvolvimento cultural. Outras ainda preferem o contacto com a natureza, o convívio com os amigos, os seus passatempos favoritos, para atingirem fins semelhantes. Fundamental é que haja metas culturais, um programa de valorização, a intenção de o cumprir e boa-vontade para aproveitar ou promover *tudo* o que estiver ao alcance.

2. Critérios de escolha

A escolha dos meios de valorização cultural depende de vários factores: os princípios éticos e os interesses que norteiam a vida pessoal e familiar, os objectivos culturais que se pretende atingir, a disponibilidade de tempo, os meios materiais necessários, etc. Todos esses factores contribuem para que se estabeleça um *critério* que permita destacar o que é prioritário, pondo de lado o que está em desacordo, o que não é essencial ou exequível. Daqui procedem as mais diversas atitudes: desde a família que cancela a assinatura de uma revista, rejeita um filme ou um programa de televisão por os considerar indignos; a outra que procura obter bilhetes para um bom espectáculo de teatro ou para um concerto; desde a família que adquire os livros que irão preencher algumas horas das suas férias, a outra que se prepara cuidadosamente para a excursão em que se inscreveu; desde a família que, por razões económicas, substitui os seus passatempos habituais, a outra que, por inesperada doença, troca a praia pelo campo. Nisto, como no resto, há que ser realista e não deixar correr o tempo livre com sonhos utópicos nem com lamentos inúteis: de que serve queixar-se de que não há cinema na aldeia onde se passa as férias, de que os museus da cidade estão fechados no dia em que se está disponível para os visitar, de que encerrou para obras o infantário onde se pensava colaborar, de que o dinheiro não chega para ir ao bailado ou à ópera, etc., etc.? Mais importante é cada um, cada família *saber como* pode valorizar-se nas reais condi-

ções em que se encontra e tirar delas o máximo proveito, sem deixar de contribuir, na medida das suas possibilidades, para uma melhoria da situação cultural.

Aqui abordamos um outro aspecto importante: o da informação acerca dos meios de valorização existentes em cada época e lugar. Não é raro encontrar pessoas que vivem num local sem a mínima ideia do que aí podem visitar, fazer, ajudar, etc., porque não procuram informar-se ou porque os meios de informação são escassos ou nulos. Os folhetos de propaganda, os boletins turfsticos, os noticiários e outros meios informativos nem sempre estão ao dispor do público e, por vezes, não estão actualizados. As entidades competentes são responsáveis por estas deficiências. Mas não é menor a responsabilidade de quem podia fazer uso desses meios e não faz, sob pretexto de falta de tempo, trabalho absorvente, etc. Um critério de escolha para ocupação dos tempos livres requer informação adequada e supõe o desejo de a procurar e aproveitar. Só assim é possível seleccionar os meios que mais interessam, segundo a escala de valores adoptada e as possibilidades materiais.

3. Recursos materiais

A escolha dos meios de valorização cultural está muito condicionada pelos recursos materiais disponíveis, tanto os que se relacionam com a situação financeira de cada pessoa ou família, como os que dizem respeito às estruturas indispensáveis à execução de qualquer programa cultural.

No que se refere às disponibilidades financeiras, citamos, por exemplo, os casos de famílias cujas receitas são insuficientes para comprar livros ou discos, possuir rádio ou televisor, frequentar espectáculos, assinar revistas, fazer viagens, sair para férias, etc. Nesses casos, talvez tenham que requisitar os livros e periódicos em bibliotecas, aproveitar as «entradas grátis» (em museus, monumen-

tos, exposições, etc.), escolher os locais que exigem menos despesa de transportes, etc., enfim «descobrir» as formas mais económicas de se valorizarem culturalmente. Outras famílias, pelo contrário, não têm dificuldades dessa ordem, mas não evitam gastos supérfluos e malbaratam o tempo, as energias e o dinheiro em ocupações que em nada contribuem para a sua valorização cultural; essas famílias têm a responsabilidade de ocupar melhor o seu tempo livre e de dar ajuda necessária para que outras famílias tenham idênticos benefícios culturais.

Importa, no entanto, salientar que este problema tem aspectos que não são meramente económicos, mas dizem respeito à orientação familiar e à acção e estruturas sociopolíticas. Se não, vejamos alguns casos concretos: há pais que dão aos filhos somas elevadas para gastarem em bolos, gelados, tabaco, bijutarias, etc. e recusam-se a pagar-lhes as quotas do centro cultural que desejariam frequentar; há famílias que dispõem do suficiente para comprar o vestuário ou o calçado da última moda, mas desprezam um bom livro que as poderia valorizar; há famílias que não se privam dos alimentos mais caros e requintados, mas mostram um total desinteresse por frequentar actividades culturais muito menos dispendiosas; há famílias que apetrecham a sua casa com os maquinismos mais sofisticados, mas não investem o mínimo naquilo que lhes poderia alargar os horizontes culturais. Nestes casos ou noutros semelhantes, as falhas procedem sobretudo da orientação familiar.

Mas há outras facetas do mesmo problema que não dependem directamente da família, embora a afectem muitíssimo; pensemos, por exemplo, nas cidades, vilas e aldeias carecidas dos organismos, instalações, equipamentos e fundos necessários a qualquer actividade cultural: lugares onde não há um campo de jogos, um clube desportivo ou recreativo, um ginásio, uma piscina, um cinema, um teatro, uma sala de convívio, uma biblioteca, etc.; pensemos também no valioso património artístico e cultural que em certos locais vai caminhando para a ruína ou caindo no

esquecimento, à medida que passam as gerações; pensemos na inexistência de planos de actividades culturais, motivada por falta de iniciativa ou de verba, por inépcia ou desinteresse das entidades responsáveis nos diversos níveis; pensemos nas vastas camadas da população que não têm acesso às formas mais rudimentares da cultura; pensemos na ausência de incentivos culturais na maioria dos cursos e dos centros de ensino. Fácil se torna então concluir que os tempos livres só proporcionam às famílias um enriquecimento cultural, quando estas estão orientadas nesse sentido, quando dispõem dos meios necessários, quando existe uma política que vise uma autêntica promoção sociocultural. De contrário, não passaremos de experiências muito limitadas, que abrangerão um número muito reduzido de famílias e, por isso, serão pouco significativas e eficazes, mesmo que respeitem e garantam a dignidade pessoal e familiar. Porque, quando a pornografia invade as ruas, as estâncias balneares, as montras das livrarias, os cinemas, os teatros, os programas de televisão; quando a «dinamização» cultural mais não é do que manipulação ideológica e subversão moral; quando as escolas não cumprem a sua verdadeira função cultural — forçoso é convir que não há valorização, mas *desvalorização*, e as famílias serão vítimas dela, *se não agirem e reagirem a tempo*.

É urgente que os males apontados sejam debelados pela raiz: já há muitos males a «darem flores e frutos»... Que as famílias estejam atentas ao que se passa dentro delas próprias, que tenham a coragem de rasgar o jornal, queimar um livro, desligar a televisão ou o rádio, sair a meio de um filme, recusar o convite para uma festa, etc., sempre que haja motivo suficiente para tal.

Que as famílias protestem quando é caso disso, que reclamem o que devem reclamar e que, na devida altura, façam opções conscientes que garantam o desejado progresso cultural.

Que as famílias atribuam à valorização cultural a importância que esta tem: que não fiquem passivamente à espera de soluções que as ultrapassam, que tomem a iniciativa de congregar esforços, de estudar e promover as acções

culturais ao seu alcance, que empreendam uma verdadeira renovação cultural, a partir de dentro. Sem discursos, sem publicidade, sem conferências de imprensa, sem bandeiras, sem autocolantes, sem manifestações — porque de tudo isto estamos a transbordar...

Que as famílias actuem com energia e convicção, sabendo que, dessa forma e para além de todos os incómodos, estão a dar um valioso contributo a esta civilização que alguns autores dos nossos dias designaram por «civilização dos tempos livres».

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 3 |
| I. Um programa para os tempos livres | 4 |
| II. Trabalho e tempos livres | 7 |
| III. Interesse e tempos livres. | 10 |
| IV. Alguns problemas a solucionar | 15 |
| 1. Horários | 15 |
| 2. Refeições. | 16 |
| 3. Arranjo da casa | 18 |
| 4. Arranjo pessoal | 19 |
| 5. Meios de transporte | 19 |
| V. Ar livre e tempos livres | 22 |
| 1. Descoberta da natureza | 23 |
| 2. Jogos de campo | 23 |
| 3. Outras actividades de exterior | 24 |
| VI. Actividades de interior e tempos livres | 26 |
| 1. Jogos de interior | 26 |
| 2. Convívio em família | 28 |
| 3. Passatempos preferidos | 29 |
| VII. Valorização cultural e tempos livres | 31 |
| 1. Objectivos e meios de valorização | 31 |
| 2. Critérios de escolha | 33 |
| 3. Recursos materiais. | 34 |